



14311555



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	25/03/2021	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 3º andar, Sala 304	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Tercio Issami Tokano	SE
2.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
3.	David de Lima Freitas	SPO
4.	Rogério Xavier Rocha	SAA
5.	Rodrigo Lange	DTIC
6.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
7.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
8.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
9.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
10.	Carlos Renato Machado Paim	SENASP
11.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
12.	Rolando Alexandre de Souza	PF
13.	Eduardo Aggio de Sá	PRF
14.	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
15.	Katia de Queiroz Domingues Baroni	OUV
PAUTA:	1. Abertura; 2. Considerações iniciais e pauta da reunião; 3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SENAJUS e SENASP; 4. Informe SEA;	

5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe AECL;
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu início agradecendo a presença de todos na reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e informou que o Sr. Ministro André Mendonça não poderia participar da reunião por uma urgência que ocorreu em sua agenda. Em seguida, apresentou a pauta da reunião e enfatizou a importância da qualidade e fidedignidade dos dados apresentados no painel de monitoramento relativos aos resultados operacionais para acompanhamento do Ministro, especialmente das apreensões de armas, drogas, valores e operações realizadas pela Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Secretaria de Operações Especiais - SEOPI e Força Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.
2. O Secretário Nacional de Justiça, Sr. Claudio Panoeiro, iniciou a apresentação do projeto “Tratamento do passivo e modernização do processo de naturalização”, encerrado em 2020, dando ênfase na sua execução em 2019. Nesse ano, o Departamento de Migrações constatou que havia em torno de 6.600 (seis mil e seiscentos) processos no seu passivo de naturalização e com tempo de análise de aproximadamente 500 (quinhentos) dias. Levando-se em conta a fase que se cumpria na PF, esse tempo chegava em torno de 2 (dois) anos. Com esses dois dados (número de processos e tempo de análise), veio a necessidade de pensar em estratégias para a redução do passivo e a modernização do sistema. No início do projeto, foi realizada a edição na Portaria nº 432, de 17 de junho de 2019, que atribuiu à Coordenação de Política Migratória do Departamento de Migração a competência da análise desses processos. Com isso, houve a criação do fluxo e do compartilhamento desses dados entre a PF e o MJSP para análise pela Coordenação de Políticas Migratórias. Houve ainda a necessidade de criar um sistema no qual esses processos pudessem ser transitados. Após um ano, o projeto piloto tornou-se realidade e foi expandido pelo país. Assim, o pedido de naturalização é apresentado pelo interessado diretamente no sistema, que automaticamente incorpora os documentos, e o interessado comparece à sede da PF uma única vez, para obtenção de informações biométricas e verificação de autenticidade dos documentos. Com isso, permitiu-se a redução do prazo de 500 (quinhentos) dias para 5 (cinco) dias úteis, sendo um desafio manter essa meta em 2021.
3. Dando continuidade ao monitoramento, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Coronel Paim, apresentou o projeto “Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB e o indicador “Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta”, relatando que o SINAB já era um desejo do Ministério há mais de 20 anos. O projeto tem 4 (quatro) grandes objetivos, quais sejam: aumento da capacidade de identificação e análise de vínculos entre as armas de fogo utilizadas em crimes e seus elementos de munição coletados; aumento da efetividade dos exames de comparação balística; aumento das linhas investigativas; e maior resolução de crimes envolvendo armas de fogo. Como resultados esperados, têm-se o aumento da elucidação de crimes praticados com armas de fogo e o aumento do intercâmbio de informações entre as instituições envolvidas, reiterando que tanto a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RBPG quanto o SINAB irão pavimentar o diálogo com os estados para avanço no compartilhamento do banco de dados, na criação de uma rede integrada de perfil balístico, na modernização dos laboratórios balísticos e no aumento da quantidade de dados para traçar rotas referentes ao tráfico de armas e drogas. Em relação ao indicador “Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta” está com execução satisfatória, com a próxima coleta prevista para o meio do ano. Têm-se 5 cidades abrangidas na elaboração do Diagnóstico Local de Segurança – DLS, no Plano Local de Segurança – PLS e na implementação de arquitetura de gestão e governança. Destacou que a fase do projeto piloto está avançando para a construção de uma política nacional de redução de homicídios contra os jovens, proporcionando a criação outros programas, como o Cidade SUSP.
4. Após a apresentação da SENASP, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, destacou que a ideia é estimular os estados a autorizarem a utilização de parte dos recursos das emendas para a implementação do SINAB.
5. Dando continuidade e iniciando os informes, o Sr. Washington Bonini, Secretário-Executivo Adjunto, falou sobre os dados da pandemia de Covid-19. Informou que em janeiro houve a decisão de retorno gradual dos servidores em trabalho remoto, porém revertida pela atual situação de agravamento da pandemia. A orientação é que os Titulares avaliem a situação de suas equipes em trabalho remoto.

6. A Sra. Tânia Fogaça, Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, e o Sr. Eduardo Aggio, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, apresentaram algumas dúvidas sobre a aplicabilidade do trabalho remoto para os órgãos de segurança pública, visto orientações e normativos do Ministério da Economia - ME em relação ao trabalho remoto para a segurança pública. Foi proposto que sejam feitas reuniões específicas com as unidades e, eventualmente, com o ME para discutir a questão.
7. O Sr. Rogério Rocha, Subsecretário de Administração, destacou que a norma do ME não tem o condão de estabelecer o funcionamento dos órgãos, mas apenas fornecer orientações gerais. Mencionou que a autoridade máxima do órgão estabelece o formato de seu funcionamento, focando nas atividades de cada cargo. Dependendo das atividades desenvolvidas pelo servidor, pode-se aplicar a Portaria MJSP nº 132.
8. A Sra. Tânia Fogaça enfatizou, ainda, a importância da priorização da vacinação para os servidores que atuam na segurança pública.
9. Sobre essa questão, o Sr. Washington Bonini relatou que atualmente as forças de segurança estão na 21ª (vigésima primeira) posição na ordem de prioridades para concessão da vacina e que já foram realizadas tratativas no intuito de antecipar essa posição.
10. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, deu continuidades aos informes, reforçando a importância dos dados apresentados na Prestação de Contas do Presidente da República de 2020. Informou também que houve questionamento do Tribunal de Conta da União – TCU com relação ao indicador Número de operações realizadas do Programa 5016 - Segurança Pública. Por fim, destacou a importância das informações prestadas para o Painel de resultados operacionais pelas unidades.
11. O Sr. Rogério Rocha iniciou o informe sobre a revisão e priorização do Plano Anual de Contratações 2021, expondo como resultado do processo 4.129 (quatro mil, cento e vinte e nove) novas contratações que serão executadas durante este exercício, com custo em torno de R\$ 7 bilhões. O valor poderá ser diluído ao longo do exercício ou nos próximos exercícios em razão da natureza das contratações. Dentro desse total, 65% serão destinados a investimento e 34% a custeio. Dessas contratações, 74% referem-se a aquisições, alcançando 22 (vinte e duas) contratações este ano, como resultado do Plano de Compras Compartilhados. Esse tipo de compra tem um resultado financeiro alto, alcançando este ano R\$ 1,2 bilhão do conjunto de contratações. Foi solicitado às unidades do Ministério que fizessem uma análise das contratações de alta relevância. Do total de novas contratações, 1.991 (um mil, novecentos e noventa e um) foram classificadas como de alta relevância, alcançando um total de R\$ 5,1 bilhões. Para o monitoramento dessas contratações, foi feito um recorte para as contratações classificadas como de alta relevância e para as contratações que superem R\$ 10 milhões, totalizando 1.084 (um mil e oitenta e quatro) contratações a serem monitoradas.
12. Dando continuidade, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, lembrou o prazo de 31/03/2021 para elaboração do Plano de Implementação de Controle para tratamento dos riscos dos processos estratégicos (obrigatórios) e mencionou que as unidades poderão formalizar o aditamento do prazo final, caso necessitem.
13. Finalizando a pauta, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, informou que o processo SEI de monitoramento terá prazo até o dia 12 de abril para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos. Informou também que o monitoramento qualitativo das entregas de projetos estratégicos e outras entregas relevantes, terá o mesmo prazo, 12 de abril. Indicou quais unidades apresentarão os resultados de 1 (um) projeto e 1 (um) indicador na próxima reunião ordinária mensal, quais sejam: GM com o projeto “Serpico”; SENAD com o projeto “Alienação de ativos em todo o Brasil”; e SEOPI com o projeto “Rede de centros integrados de inteligência” e indicador “Percentual de agências de inteligências e segurança pública”.
14. Antes de finalizar a reunião, o Sr. Tercio Tokano fez uma homenagem aos servidores do Ministério que faleceram devido à Covid-19, lendo seus nomes.
15. Claudenor Barbosa Ciriaco da Silva – PF
Douglas Barros Vieira – PF
Celso Magalhães Sena – PF
Adriano Campelo – PF
Hélido Quadros de Menezes – PF
Marcelo Cerqueira Cordeiro – PF
João Luiz – PF
Fred – PF
Maria Cristina – PF

José Oado – FUNAI
Ailton Romeu da Silva – FUNAI
José de Souza Mendes – FUNAI
David Isaac Ferreira de Lima - FUNAI
David Leandro da Silva Cabral – MJSP
Marcos Roberto Tokumori – PRF
Conceição Ruy Brandão de Andrade – PRF
Flávio José Souza Gomes – PRF
Aladio Jorge Srandá – PRF
Perigrino José Silveira de Lima – PRF
Geralo Marciano Pereira – PRF
Douglas Hudson Brum de Souza – PRF
Marco Aurelio Silva Azevedo – PRF
Reginaldo Jose de Souza – PRF
João Leonardo de Andrade Junior – SEOPI
Mardem Lincow Carvalho da Silva – SEOPI
Reinaldo Dias – Força Nacional
Moacyr da Silva – PF



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 16/04/2021, às 17:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 16/04/2021, às 18:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 19/04/2021, às 09:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 19/04/2021, às 09:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 19/04/2021, às 12:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 19/04/2021, às 12:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Goulart dos Santos, Usuário Externo**, em 19/04/2021, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 19/04/2021, às 17:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 19/04/2021, às 17:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 19/04/2021, às 17:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 19/04/2021, às 18:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 19/04/2021, às 18:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Substituto(a)**, em 27/04/2021, às 15:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 27/04/2021, às 18:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14311555** e o código CRC **C2D0E08C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.